

Legal Design e Visual Law - Da teoria à prática

Hellen Ferreira Divan

Com Legal Design



Sem Legal Design



2023

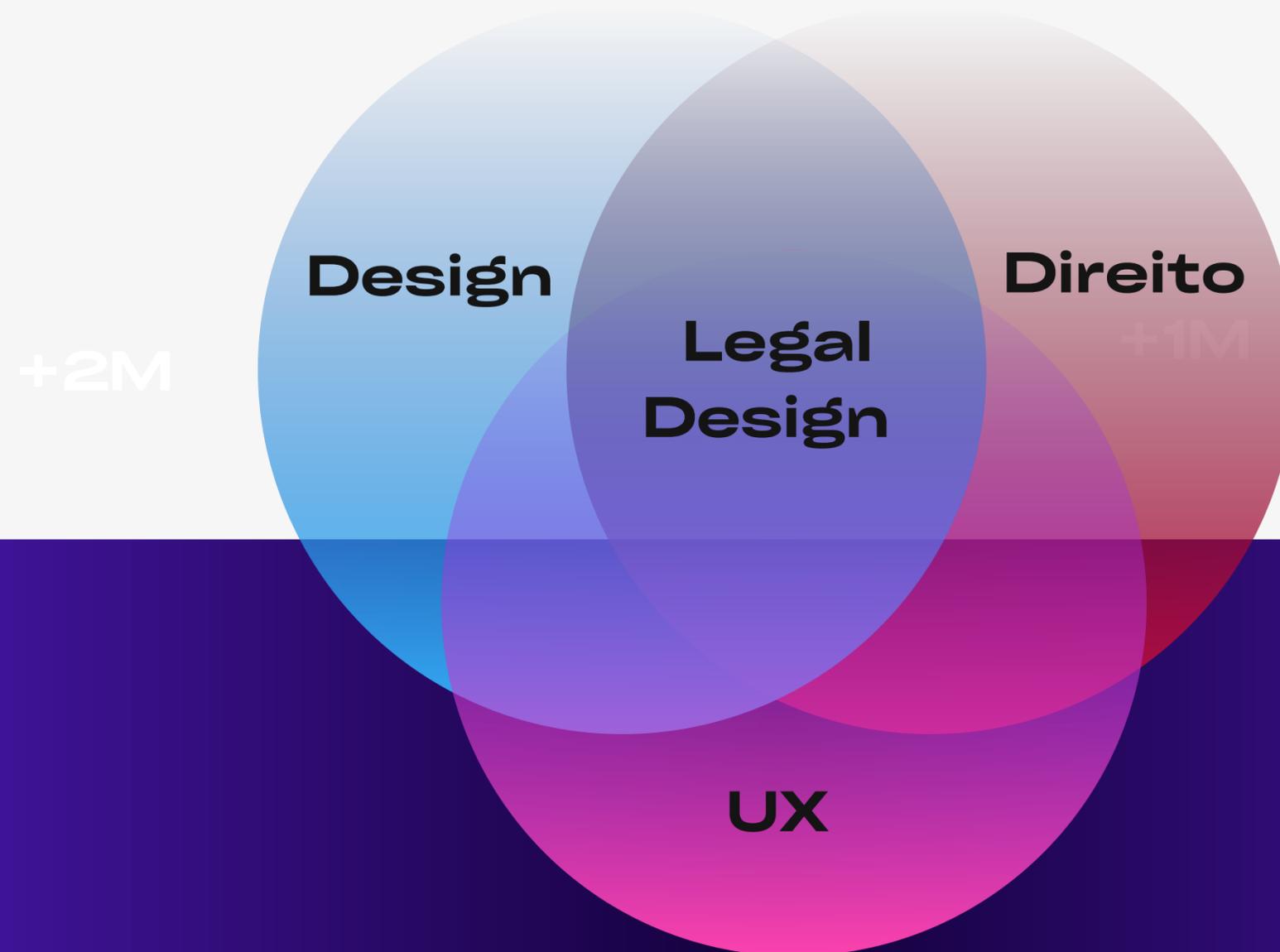
Escola Superior de Advocacia -
Juiz de Fora

Bits



O que significa?

- Técnica multidisciplinar
- Aplicada em soluções jurídicas
- Para que atinjam seu real objetivo



legal design

Os documentos que utilizam recursos puramente estéticos sem qualquer funcionalidade ou objetivo claro não poderão ser considerados fruto de legal design. Isso porque a ideia não é criar documentos mais bonitos, mas sim entender, idealizar e construir soluções jurídicas melhores.



Imagem: Pesquisa VisuLaw

hd

Como surgiu?

Julie E. Howe e Michael S. Wogalter - “The understandability of legal documents: are they adequate?”, 1994.

Não existe um marco legal específico que fundou a prática do Legal Design.

Apesar da falta de um evento inicial, algumas pessoas se destacam no cenário mundial.



Legal Design Lab

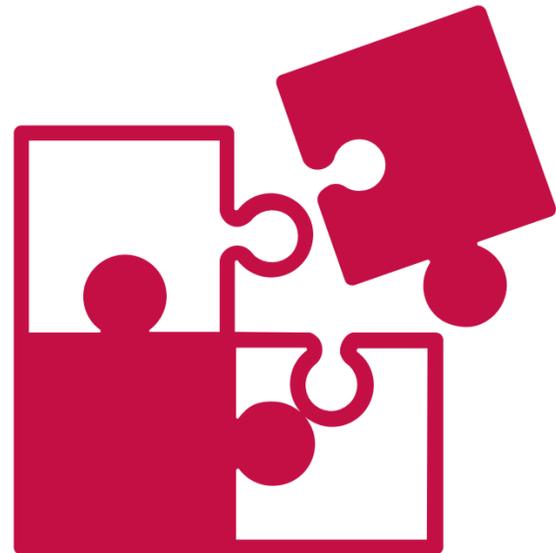
Margaret Hagan

Livro - “Law by design”

A stylized, handwritten signature logo in gold, consisting of the letters 'hd'.

ADVOGADOS (AS)

Resolver
problemas



Para quem?

Como?

hd

Visual Law

Visual Law é uma subárea do Legal Design e se refere à última camada dos projetos elaborados pelos profissionais jurídicos. Define como um conteúdo será entregue, tornando-o mais eficaz e acessível ao simplificar a comunicação através de elementos visuais.

Uso de imagens, vídeos, ícones, mapas, infográficos ou qualquer outro elemento que seja capaz de individualizar o problema e a mensagem para o destinatário final, garantindo maior efetividade às estratégias de cada projeto.



hd

Como aplicar essas técnicas?

- Criar o produto jurídico levando em consideração o usuário.
- Os recursos estéticos devem ser utilizados para auxiliar o documento a atingir seu objetivo.
- Colher feedbacks do design.
- Word, Canva, Power Point, Adobe XD.
- Softwares de legal design.



Imagem: Easy Jur



Casos

O QUE ORIGINOU A DEMANDA?

Demandante alega que a sua conta foi desativada e a empresa não informou a razão da desativação.

REQUISITOS PARA SER MOTORISTA PARCEIRO DA DEMANDADA?

Apresentar certidão negativa de antecedentes criminais, o que neste caso, observou-se apontamento de ação penal.

O QUE SE REQUER?

A extinção do processo sem resolução do mérito ante a ausência do interesse de agir, indeferimento da tutela de urgência, bem como a total improcedência da ação.

Casos



BASE LEGAL

- Lei 12.587, de 3 de janeiro de 2012, art. 11 B
- Art. 5º, II da Constituição Federal
- Art. 188, I do Código Civil
- Art. 300 do Código de Processo Civil
- Art. 373, I do Código de Processo Civil
- Art. 421 do Código de Processo Civil
- Art. 485, VI do Código de Processo Civil
- Art. 487, I do Código de Processo Civil

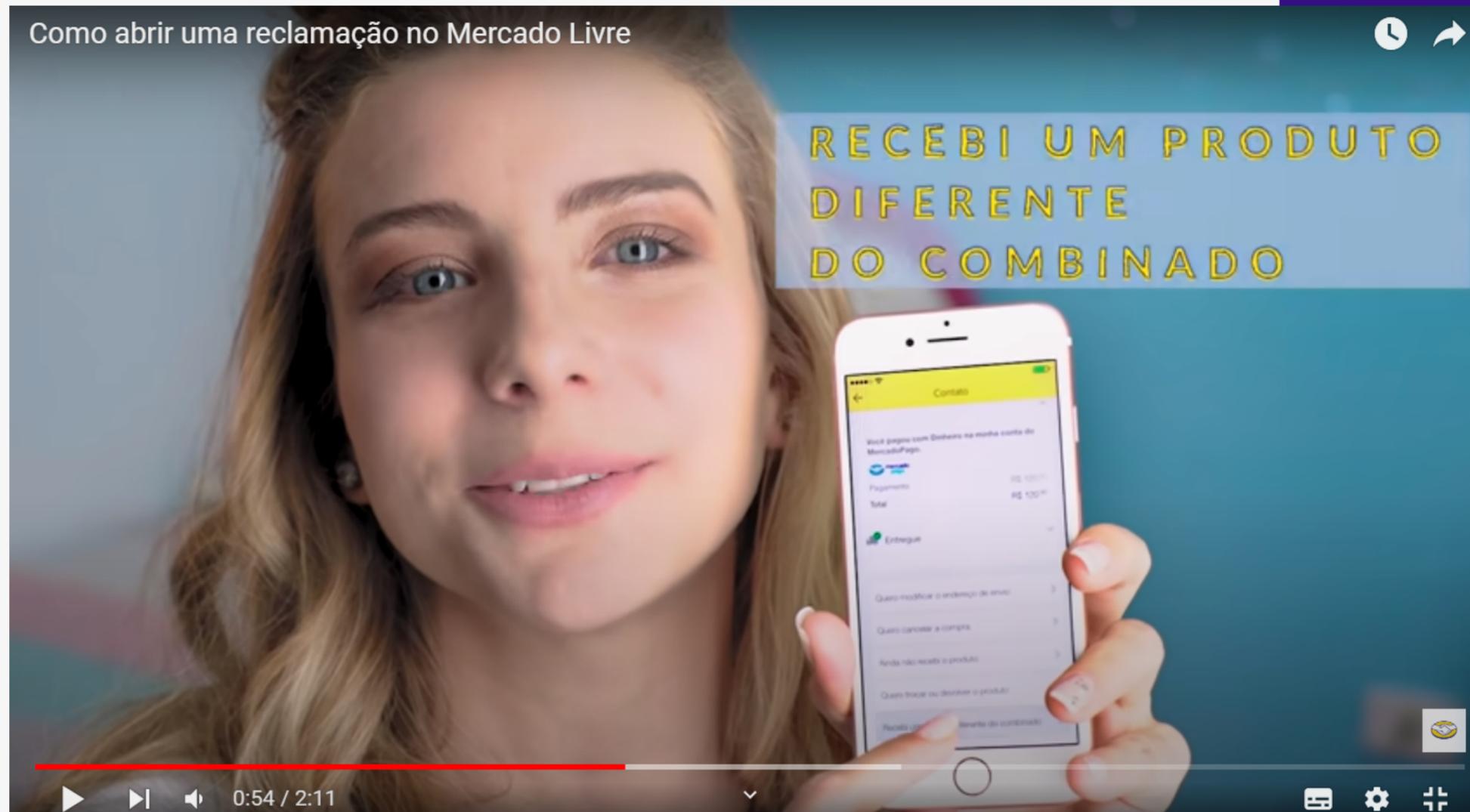


PROVAS PRÉ-CONSTITUÍDAS

- Comprovante de busca processual - Tribunal de São Paulo - demandante configura como réu em Ação Penal
- Termos e Condições da Plataforma
- Código de Conduta da Plataforma

**Resumo da
Petição**

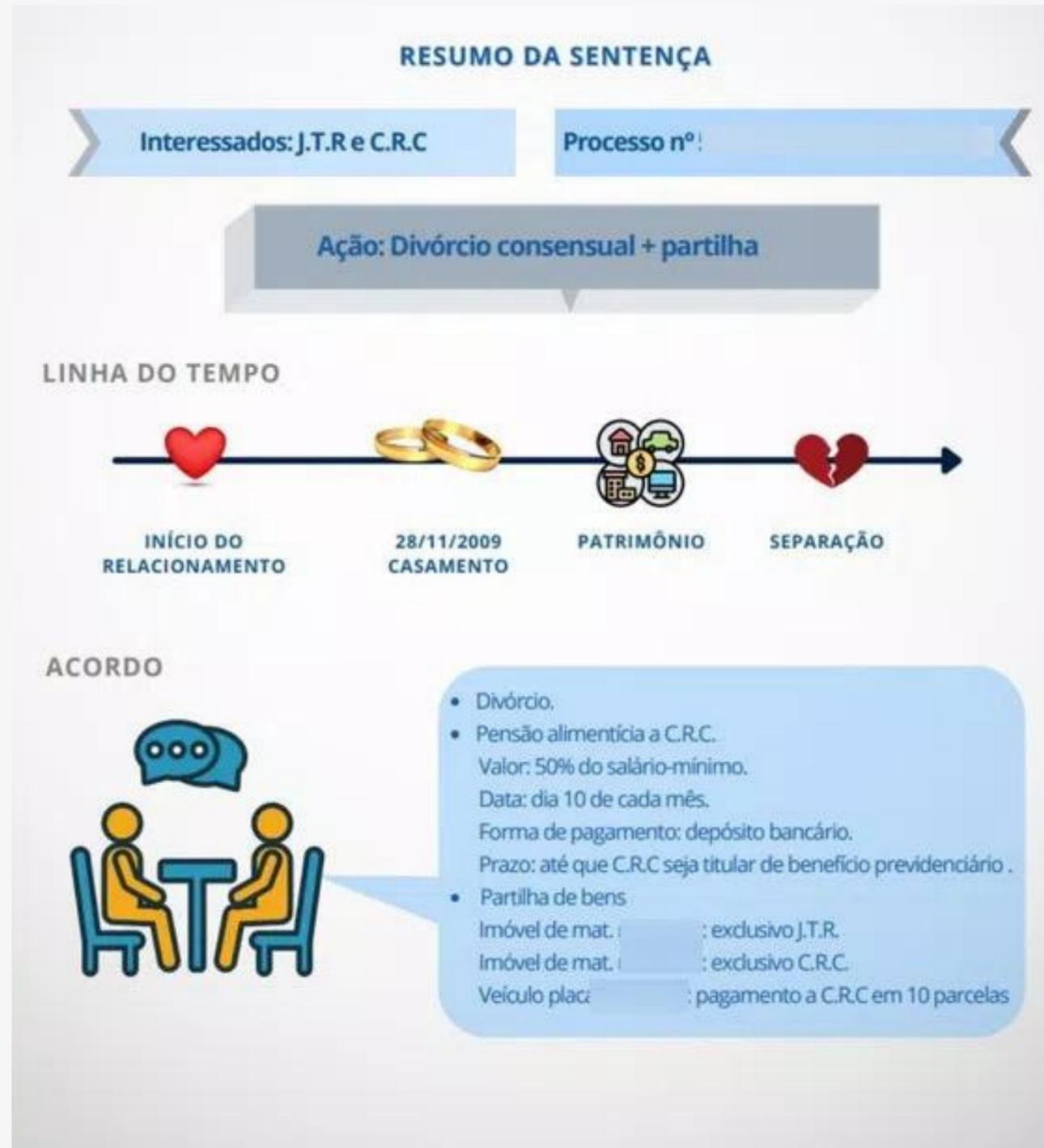
Casos



**Mercado
Livre**

hd

Casos



Sentença



Casos

“

Intime-se a autora para que, no prazo de quinze dias, adeque a exordial ao padrão usual, qual seja, texto corrido e livre de colunas, visto se tratar de documento formal e não de portfólio digital. Cumpra-se.

— Mônica Cristina Raposo da Câmara Chaves do Carmo (Juíza de Direito)

**Juíza indefere
petição inicial**

Casos

“

Vistos etc Vieram-me os autos conclusos. Enfite que o autor não procedeu à emenda da inicial, consoante determinado por este Juízo, na forma do art. 321, caput, do CPC. O petítório de fls. 79/83, a pretexto de justificar o formato gráfico censurado pelo Juízo, não cumpriu o que foi ordenado às fls. 76. Sendo assim, sou pelo indeferimento da petição inicial, com fulcro no parágrafo único do art. 321, c/c o art. 330, IV, também do Diploma Processual Civil. Transitada em julgado a presente decisão, arquivem-se os autos com a baixa nos registros. Intime-se.

— Mônica Cristina Raposo da Câmara Chaves do Carmo (Juíza de Direito)

**Juíza indefere
petição inicial**



Casos

“

O visual law consiste em uma forma de organização visual dos dados que permite que um conteúdo denso, excessivamente técnico, com linguagem jurídica, seja apresentado em um formato simples, com fácil leitura e interpretação de dados, utilizando-se QR Code, gráficos, imagens, entre outros.

— Cláudio Roessing (Desembargador relator)

**Juíza indefere
petição inicial**



Casos

“

Nesse passo, entendo que a inicial cumpre os requisitos previstos nos artigos 319 e 320 do Código de Processo Civil, inexistindo irregularidade que dificulte o julgamento do feito, razão por que o seu indeferimento não encontra amparo legal.

— **Cláudio Roessing** (Desembargador relator)

Apelação Cível n.º 0765059-68.2021.8.04.0001

**Juíza indefere
petição inicial**



Casos

Inicialmente, muito embora não seja possível limitar o número de laudas utilizadas, por inexistência de previsão legal, é certo que a prolixidade existente em um total de **60 (sessenta) laudas** gera, invariavelmente, ofensa à celeridade processual (art. 5º, inc. LXXVIII, da CF e art. 139, inc. II, CPC), o dever de não praticar atos desnecessários à defesa do direito (art. 77, III, CPC) e a qualitativa produtividade do Judiciário.

Cabe dizer, desde já, que todos os julgadores se encontram atualmente sobrecarregados com a enorme quantidade de processos distribuídos diariamente no Poder Judiciário, fazendo-se necessárias novas práticas e estratégias, inclusive dos advogados, preocupados com a melhor aplicação do direito e, precipuamente, com o senso de Justiça.

Processo nº 1000368-38.2022.8.26.0481 (TJ/SP)

**Juíza critica petição
com 60 laudas**



Pesquisa

VisuLaw

Juízes brasileiros aprovam recursos visuais em petições, mas sem excessos

Cada elemento visual tem sua finalidade e alguns são mais eficientes que outros. Os QR Codes, aos olhos dos juízes estaduais, não estão entre os recursos mais eficientes. Uma das hipóteses para justificar a baixa adesão, aliás, está relacionada ao trabalho adicional necessário para acessar o QR Code. Na prática, o juiz precisa sacar seu celular, direcionar o aparelho para a tela, acessar o código, analisar o conteúdo extra-autos e depois retornar ao processo físico ou eletrônico.

Esse é provavelmente o principal motivo que leva os magistrados a rejeitarem esse elemento. Em relação aos links de acesso externo, é provável que muitos juízes tenham receio de contrair algum arquivo malicioso ao entrar em URLs desconhecidos e, por isso, optem por não clicar nos links. Já em relação aos ícones e pictogramas, uma hipótese é a de que os magistrados enxergam esses elementos visuais como ilustrações que em nada afetam a comunicação.

Vamos confirmar essas hipóteses na etapa qualitativa da pesquisa.

Casos

PARTIES TO THE AGREEMENT

GUIDE Hello! This is your contract.

THIS IS YOU, THE PICKER

NAME: _____
ID: _____
ADDRESS (PHYSICAL): _____
CELL NO: _____

EMPLOYER/MANAGEMENT

COMPANY: _____
REPRESENTED BY: _____
CELL NO: _____

Sectional Determination 13, Farm Worker Sector, is the law which applies to this contract and your employment.

LAW

Put your initials here

INDUCTION

To get a contract here you must be 18 or older, have a valid ID or work permit and be fit and healthy to work.

✓	18+	✗
✓	ID / Work Permit	✗
✓	Fit and Healthy	✗

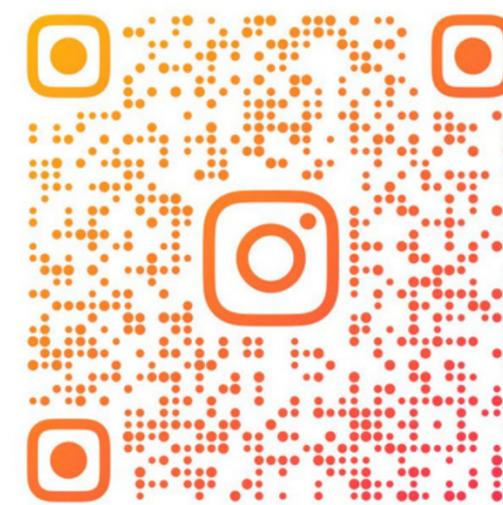
Probation start date: DD / MM / YY

PASS



Hellen Ferreira Divan

Mestranda em Direito Público pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Pós-graduada em Direito Digital e Compliance pela Faculdade Ibmec São Paulo e Instituto Damásio de Direito. Pós-graduada em Direito Constitucional pela Universidade Anhanguera – Uniderp. Advogada. Presidente da Comissão de Direito, Inovação, Tecnologia e Empreendedorismo da 4º Subseção da OAB/MG.



@ADVHELLENDIVAN

hd